

BREVE PANORAMA HISTORIOGRÁFICO DA GRAMATICOGRAFIA: AS CONJUGAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Eni Ferreira TEIXEIRA*

RESUMO

A língua portuguesa possui três conjugações verbais. Cada uma delas constitui o paradigma verbal em que o verbo é classificado. A primeira, a segunda e a terceira conjugações são identificadas, respectivamente, pelas terminações do infinitivo: **-ar**, **-er** e **ir**. Entretanto, alguns autores acreditavam existir uma quarta conjugação, que era identificada pela terminação do infinitivo **-or**. Dessa conjugação faziam parte somente o verbo **pôr** e seus derivados. O objetivo deste artigo é fazer um breve panorama historiográfico sobre as conjugações da língua portuguesa, a partir de observações das gramáticas de alguns autores dos séculos XIX e XX, tais como: Jeronymo Soares Barbosa (1830), Júlio Ribeiro (1899), Maximino Maciel (1916), Eduardo Carlos Pereira (1943), Rocha Lima (1958) e Evanildo Bechara (1969).

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Gramática; Conjugações verbais; Quarta conjugação.

INTRODUÇÃO

São três as conjugações do verbo em língua portuguesa, segundo Azeredo (2012, p. 15), “os verbos da língua portuguesa pertencem a três classes morfológicas conhecidas como conjugações”. A primeira pode ser identificada pelo tema (radical + vogal temática) em **-a**, a segunda, em **-e** e a terceira, em **-i**.

Apesar do reconhecimento dos verbos ser simples e objetivo, deve-se ter atenção, pois existem determinadas formas verbais, cuja classificação não é determinada de acordo com a regra da conjugação das terminações do infinitivo. Esse é o caso do verbo **pôr** e de seus derivados (repor, compor entre outros) notoriamente desprovidos de vogal temática.

Tais palavras são classificadas como verbos de segunda conjugação. A observação do reaparecimento da vogal temática **-e** em algumas formas verbais desse verbo (como por exemplo: **põe** e **pões** – presente do indicativo -, **pusemos**, **puseste**, **pusestes** – pretérito perfeito do indicativo) justificam a classificação do verbo nessa conjugação. Entretanto, ainda é encontrada em algumas gramáticas escolares a forma **poer**², do português medieval, para justificar a classificação do verbo

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: enife.9@gmail.com

² Segundo Coutinho (1967, p. 320), “*pónere > põer > poer > pôr*”

pôr na segunda conjugação. De acordo com Azeredo (2012, p.15), “este argumento é falho, porque muitos verbos oscilaram entre a segunda e a terceira conjugação ao longo da história”.

Todavia, durante os séculos XIX e XX encontravam-se, nas gramáticas, diferentes opiniões sobre o assunto e alguns gramáticos incluíram o verbo **pôr**, e seus derivados, em uma quarta conjugação.

Levando-se em conta os aspectos citados, o presente artigo tem o objetivo de realizar um breve panorama historiográfico da gramaticografia da classe dos verbos, priorizando as conjugações da língua portuguesa.

Tal estudo³ menciona autores do século XIX, como: Jeronymo Soares Barbosa e Júlio Ribeiro; e do século XX, como: Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira (1943), Rocha Lima (1958) - gramática exatamente anterior a NGB (Norma Gramatical Brasileira) - e Evanildo Bechara (1969) - gramática posterior a NGB.

Vale ressaltar que esse tema pouco explorado tem fundamental relevância para o entendimento dos conceitos que vigoram, atualmente, nas gramáticas da língua portuguesa.

1- AS CONJUGAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS GRAMÁTICAS DO SÉCULO XIX

1.1- A gramática filosófica de Jeronymo Soares Barbosa

Jeronymo Soares Barbosa seguiu a tradição dos estudos filosóficos, cujas principais ideias são encontradas na gramática de Port-Royal⁴. O autor foi considerado o principal representante do movimento filosófico. Consoante Silva,

(...) embora a *Gramática Filosófica* só fosse publicada e difundida no século XIX – sete edições entre 1822 e 1881 – a sua formação está fundada na tradição iniciada pelos gramáticos seiscentistas de Port Royal e aperfeiçoada pelos iluministas franceses, de quem demonstra ser conhecedor e seguidor. (SILVA, 2000, p.38)

Além de ser a primeira das gramáticas a seguir a tradição filosófica, representou uma ruptura com o modelo latino e que, segundo Ranauro (2003), surgiu em resposta aos descontentamentos com a gramática formal do renascimento.

³ Optou-se neste artigo em transcrever o trecho na íntegra, mantendo a língua portuguesa da época.

⁴ A gramática de Port Royal era fortemente influenciada pelos pensamentos de René Descartes. Tais ideias também influenciaram os estudos de Ferdinand de Saussure no século XX.

Consequentemente, observou-se que a preocupação dessa gramática era enfatizar aspectos ligados ao pensamento e ao raciocínio, ou seja, tinha por características a busca pelo rigor científico. De acordo com Lyons (1979, p.17), o objetivo dos gramáticos de Port Royal era “demonstrar que a estrutura da língua é um produto da razão e que as diferentes línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral”.

Em relação à classe gramatical verbo, foi observada na gramática filosófica de Barbosa, a seguinte definição:

uma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numeradas, enunciado por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem dos diferentes tempos e maneiras de existir. (BARBOSA, 1830, p. 132)

A conceituação encontrada em Barbosa era similar a dos gramáticos de Port Royal⁵, que apontaram a afirmação como a principal característica no verbo, na medida em que o mesmo era definido como uma parte que faz a ligação e que serve para unir o predicado ao seu sujeito. Isto é, ocorre uma tricotomia sujeito/verbo/predicado.

No capítulo relativo ao verbo, nota-se uma subdivisão da categoria verbal em: verbos auxiliares, substantivos e adjetivos. Os verbos auxiliares assumem a mesma função conhecida atualmente e podem auxiliar tanto os verbos substantivos, quanto os verbos adjetivos.

O verbo substantivo, de acordo com a gramática filosófica, é o único que exprime afirmação e, por isso, subsiste em si. Para ele, o verbo substantivo, atualmente, seria o chamado verbo de ligação e estaria centrado no verbo **ser**⁶. Já os verbos adjetivos são os chamados verbos predicadores transitivos e intransitivos.

Quanto à conjugação, observa-se que Barbosa (1830) a cita em dois momentos diferentes, um deles está diretamente relacionado ao verbo substantivo e o outro, ao verbo adjetivo. Assim, quanto aos verbos substantivos, o autor explica a conjugação (simples, composta, regular e irregular) no verbo **ser** e em seus auxiliares⁷ (sou, és, é tenho sido, entre outros). Posteriormente, o autor mostra a conjugação nos verbos adjetivos.

Apesar de mencionar a conjugação verbal em duas partes diferentes, ele trabalha o paradigma da mesma com base em três conjugações regulares. De acordo com o gramático, “A Língua Portuguesa tem só três conjugações regulares, que são em *ar*, *er*, e *ir*, como *Amar*, *Entender*, *Aplaudir*”(1830, p. 144).

⁵ Para saber mais ver: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude, 2001.

⁶ As ideias filosóficas dão uma noção de verbo atributivo.

⁷ Para saber mais ver: Barbosa, 1830, p.198.

Enfim, quanto a 4ª conjugação, Barbosa afirma que:

Os que accrescentão huma quarta em or, por causa do verbo Pôr e seus compostos, deverião reflectir, que este verbo He irregular, e que por consequência não devia entrar nas conjugações regulares; que a entrar deveria ter o seu lugar na segunda conjugação em er; pois que Pôr não He se não huma contração de Poêr, como dizião nossos Antigos, e do que ainda há restos nos adjectivos verbaes Poente, Depoente, Oppoente, etc” (BARBOSA, 1830, p. 244).

Observa-se que o autor afirma que os verbos com terminação **–or** de infinitivo, como o vocábulo **pôr**, não podem ser classificados na quarta conjugação por serem irregulares, além disso justifica sua classificação do mesmo na segunda conjugação por ser uma contração de **poer**, oriundo do português medieval.

1.2 - Júlio Ribeiro e a quarta conjugação

Júlio Ribeiro⁸ lançou a primeira edição da “Grammatica Portugueza” em 1881, e de acordo com Silva,

por ser de herança positivista, consolida no Brasil uma concepção da linguagem como conjunto de regras científicas, positivas, as quais devem ser seguidas como normas prescritivas invariáveis. (RIBEIRO, 2010, p. 65)

Pode-se afirmar que a obra de Júlio Ribeiro tem em comum com a gramática de Jeronymo Soares Barbosa (1830) a busca pelo o rigor científico.

No que diz respeito ao verbo, Ribeiro o define como: “a palavra que enuncia, diz ou declara alguma coisa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação” (1899, p. 72).

Ainda se percebe no conceito citado alguns traços filosóficos, principalmente ao definir verbo como a “palavra que enuncia”. Entretanto, o autor aplica sua definição ao enunciado declarativo.

Outro aspecto interessante é que Ribeiro (1899) aborda definições sobre a transitividade verbal, que percorrem todo o século XX. Contudo, não é observada, na “Grammatica portugueza”, a divisão vista na gramática de Barbosa (1830): verbos substantivos e adjetivos.

⁸ Consoante Silva (2010) “Júlio Ribeiro optava por adotar uma tendência mais moderna, baseando-se em autores europeus (portugueses e franceses) e adotando pelo menos duas vertentes ideológicas para fundamentar suas teorias: a filosofia determinista, de inspiração positiva, e a lingüística histórico-comparativa, que igualmente se assentava em pressupostos tidos por científicos e, portanto, objetivos e corretos”.

Para o autor, conjugar um verbo é fazê-lo passar por todas as suas flexões. E no que se refere às conjugações verbais, verifica-se uma opinião diferente do autor estudado anteriormente. Em Ribeiro (1899, p. 115) observa-se quatro conjugações:

Ha em Portuguez quatro conjugações que se distinguem pela terminação do presente do infinito:

A primeira tem a terminação do presente do infinito em ar, ex. ‘Cantar’

A segunda tem a terminação do presente do infinito em er, ex. ‘Vender’

A terceira tem a terminação do presente do infinito em ir, ex. ‘Partir’

A quarta tem a terminação do presente do infinito em or, ex. ‘Pôr’

Em relação às três primeiras, o gramático afirma que:

os elementos completos da flexão verbal regular acham-se no seguinte quadro synoptico: para as três conjugações cantar, vender, partir, - nada mais há fazer do que juntar as terminações do quadro aos themas – *cant, vend, part.* (1899, p. 115)

Nota-se uma nomenclatura diferente da conhecida, já que ele chama de “thema” o que hoje é chamado de radical⁹. Segundo Azeredo (2012, p.14), “ao conjunto formado pelo radical e vogal temática chamamos de TEMA”. Além disso, o autor classifica a forma nominal do verbo – infinitivo –, “como presente do infinito” (presente do infinitivo). Como é conhecido atualmente, as formas nominais do verbo em língua portuguesa são desprovidas de tempo e em nada se assemelham ao modo¹⁰ verbal. Aparentemente, Ribeiro (1899) trata o infinitivo como uma categoria de modo. Esse fato lembra muito a gramática francesa, cujo infinitivo é um modo verbal impessoal que contém dois tempos: o presente e o passado.

No que concerne a quarta conjugação, Ribeiro (1899, p. 115), informa que, o verbo **pôr**, “antepondo-se a modificação – p às terminações está conjugado o verbo”. Ou seja, nota-se que ele não se alonga muito no assunto limitando-se a indicar que basta acrescentar as terminações para a conjugação do verbo em questão.

A respeito da variação de radical do verbo, no paradigma da quarta conjugação, o autor afirma que:

o thema o verbo não se limita a essa modificação – p –: às vozes fechadas ô e u, as nasaes que figuram nas terminações pertencem ao thema que é de facto – pó, pô; pu, punh e não – p – simplesmente. (BARBOSA, 1899, p.115).

⁹ Consoante Azeredo (2012, p. 14), “o radical é a parte responsável pelo significado do verbo, e a vogal temática o inclui em uma classe morfológica chamada CONJUGAÇÃO”.

¹⁰ De acordo com Azeredo (2012, p. 14), “O modo representa as atitudes da pessoa que fala: indicativo (na expressão de certeza: [ele] passa), subjuntivo (na expressão de dúvida: [talvez ele] passe) ou imperativo (na expressão de ordem: passai [vós]).

Por fim, ele classifica o “p” em sua gramática como não sendo o único radical do verbo **pôr**¹¹, pois, por vezes tal radical sofre alterações e aparecem radicais diferenciados ao longo do paradigma da conjugação¹².

2 – AS CONJUGAÇÕES VERBAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX – MAXIMINO MACIEL E A GRAMMATICA DESCRIPTIVA.

Na virada do século XIX para o século XX, Maximino Maciel lançou a “Grammatica Descriptiva”. Tal obra, para Cavalieri (2003, p. 139), “é um dos marcos que inauguraram a moderna teoria aplicada ao estudo gramatical brasileiro na virada do século XIX”.

Há, na obra, uma forte presença da vertente europeia e uma rigidez no padrão da língua seguindo uma característica comum aos autores da época. Da mesma forma, nota-se um ideal purista da língua, ou seja, o apreço pelo padrão ideal de língua e a ruptura com a gramática filosófica. Em relação ao conteúdo da mesma, observa-se um maior rigor descritivo do que em Júlio Ribeiro (1899).

Maximino Maciel (1916), na “Grammatica Descriptiva”, mostra uma forte crítica aos conceitos filosóficos, principalmente ao argumentar, no tópico intitulado “a antiga classificação” (1916, p.130), que os conceitos da gramática filosófica, verbos substantivos e adjetivos, são obsoletos.

Quanto ao verbo, é verificada a seguinte definição: “uma palavra de tempo que serve para afirmar e exprimir simultaneamente um facto”. Percebe-se, portanto, uma definição centrada no ato de fala e, embora o autor não se embase pela doutrina filosófica, traços da mesma podem ser observados, sobretudo, sobretudo no trecho “serve para afirmar” (MACIEL, 1916, p. 128).

Além disso, nota-se nos escritos do autor que o conceito se aplica somente em frases declarativas, visto que nem nas frases interrogativas e nem nas imperativas há a expressão de um conteúdo de afirmação.

Para Maciel,

Nos verbos devemos atender às seguintes condições:

- A) A’ predicação, isto é, à integralidade de sua significação ou acção;
- B) A’ personalidade, isto é, à integralidade das suas formas;
- C) A’ conjugação, isto é, à systematização de suas formas regulares e irregulares. (MACIEL, 1916, P.128)

¹¹ Consoante Azeredo (2012, p. 83), atualmente, “outro ponto marcante da irregularidade de *pôr* é a acentuada variação de seu radical: pó – (pon-), ponh-, punh-, pus, po- e pos-.

¹² Temos em Ribeiro (1899) um quadro relativo a conjugação do verbo *pôr*, ou seja o paradigma da 4ª conjugação.

Ele afirma ainda que os verbos devem atender às condições de predicação (transitividade verbal), personalidade (pessoa verbal), e de conjugação.

Quanto a conjugação, Maciel (1916) propõe a existência de três gerais e uma específica. As gerais, “são as dos verbos em: *ar*, *er* e *ir*” (1916, p.134) e “a específica é apenas a do verbo *ôr*, pois a este pertence exclusivamente o verbo *pôr*, cuja conjugação é uma modalidade histórica da segunda” (1916, p.134).

Apesar de assumir que o verbo **pôr** faz parte de uma conjugação exclusiva, verifica-se em seu discurso uma atitude modalizadora, de forma a atenuar a opinião, esse fato fica evidente no fragmento: “cuja conjugação é uma modalidade histórica de segunda” (MACIEL, 1916, p.34).

Ainda no que se refere ao verbo **pôr**, o autor faz a seguinte consideração:

Anomalos ou específicos, isto é, aqueles cujas irregularidades não se podem submeter a classificação alguma: têm conjugação especial (I), pois não têm normas. Estes verbos são *ter*, *haver*, *ser*, *estar*, *ir* e *vir* e o verbo *pôr*, constituindo a quarta forma de conjugação. (MACIEL, 1916, p. 135).

Observa-se, então que além de afirmar a existência de uma quarta conjugação, ele classifica o verbo **pôr** como anômalo. Atualmente, esse verbo não é classificado dessa forma. Segundo Azeredo (2008, p. 183),

verbos irregulares anômalos ou simplesmente anômalos, são os verbos que apresentam diversidade total de radicais entre tempos ou mesmo entre pessoas do mesmo tempo. São eles apenas os verbos *ser* e *ir* (cf. *sou*, *és*, *fui*; *vai*, *ides*, *foi*).

Ainda de acordo com o autor, o verbo **pôr** é um verbo de infinitivo monossilábico que contém alguns traços marcantes da irregularidade como: “a ausência da vogal temática **-e** no infinitivo” e “a acentuada variação de seu radical: *pó-*(*pon-*), *ponh-*, *punh-*, *pus-*, *po-* e *pos*” (2012, p. 116).

No que concerne ao verbo em questão ser classificado como um verbo de quarta conjugação, Maciel (1916) faz uma observação:

Comquanto historicamente pertencesse à segunda, sob a forma infinitiva de *poer*, actualmente, devido ao phenomeno da contracção, constitue uma quarta modalidade de conjugação sob forma contracta – *pôr*. (MACIEL, 1916, p.10)

O autor informa que historicamente o vocábulo, oriundo da forma verbal *poer*, pertenceu a segunda conjugação, mas que não era mais utilizado naquela conjugação devido ao fenômeno da contração¹³. Para ele, a forma **poer** se contraiu para gerar a forma verbal **pôr**.

3- GRAMÁTICOS DO SÉCULO XX

3.1 – A quarta conjugação na gramática expositiva de Eduardo Carlos Pereira.

A gramática de Eduardo Carlos Pereira foi muito importante para o estudo da língua portuguesa no Brasil. Sua primeira edição foi publicada em 1907, tendo posteriormente cento e catorze edições. No prólogo da primeira edição¹⁴, consoante Fávero e Molina (2011, p. 60),

o autor explicita que fora sua docência na cadeira de Português no Ginásio Oficial que o levava a elaborar sua gramática, inspirado tanto nas correntes naturalistas quanto nas tradicionais.

Com relação ao verbo, Pereira (1943, p. 110) o define como:

a palavra que exprime a ação atribuída, sob as relações de tempo e de modo, a uma pessoa ou coisa, como: o homem anda, andou, andará, andaria. – A árvore caía, cairá, cairia”.

Observa-se nessa definição uma visão mais relacional, que não leva em consideração o ato de fala. No entanto, nota-se uma ênfase no tempo, modo e pessoa. Outra característica verificada é que o autor não utiliza a divisão das gramáticas filosóficas com relação aos verbos substantivos e adjetivos. Pereira (1943) faz uma forte crítica ao modelo filosófico, assim como foi visto na “Grammatica Descriptiva” de Maximino Maciel (1916).

Fávero afirma que Pereira (1943), ancorado na tradição grego-latina, "elencas quatro conjugações verbais" (FÁVERO, 2011, p.65), assim como foi observado em Ribeiro (1899) e Maciel (1916). Dessa forma, Pereira (1943) destacou que:

¹³ Observa-se esse fenômeno nas preposições. De acordo com Bechara (2009) “diz-se que há *contração* quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução” (2009, p. 302).

¹⁴ Segundo Fávero e Molina (2011, p. 61), faz-se importante destacar que esta gramática surgiu no período de pós-República, momento de muitas transformações aqui no Brasil, instância em que despontava uma sociedade norteadas por ideais positivistas, crédula no progresso advindo com o modelo republicano e, sobretudo, cônica do poder da Educação, muito reavaliado nesse momento por motivos já expostos. Surgiam inúmeros estabelecimentos educacionais e buscavam-se por programas de ensino que, de fato, atendessem à realidade daquela população composta por uma grande massa de iletrados.

a forma típica ou representativa dos verbos é o presente do infinitivo que uniformemente se caracteriza por uma das quatro seguintes *terminações* ou desinências:

- 1-AR – amar, louvar
- 2-ER – vender, mover
- 3-IR – partir, unir
- 4-OR – pôr, compor

Ele garante que somente o verbo **pôr** e seus derivados fazem parte da quarta conjugação. E sobre o assunto, faz a seguinte observação:

a 4ª conjugação só tem o verbo pôr e seus compostos: propor, prepor, antepor, supor, etc. No antigo português este verbo pertencia à 2ª conjugação, pois tinha a forma poer, que se contraiu mais tarde em pôr. Por isso alguns gramáticos o consideram apenas como uma irregularidade da 2ª, e dão ao português somente três conjugações. Chama-se a quarta conjugação *morta* por não ir além de um verbo, enquanto as outras, principalmente a 1ª, se dizem vivas por servirem de tipo à formação de novos verbos. (PEREIRA, 1943, p. 115)

Observa-se que a justificativa de Pereira (1943) é muito próxima da opinião de Maciel (1916) em relação ao verbo **pôr** e a quarta conjugação. Entretanto, com relação ao discurso do autor, nota-se que ele não define bem sua posição em relação quanto a concordar que a quarta conjugação caiu em desuso ou não.

3.2 – Rocha Lima e Evanildo Bechara e o conceito atual de conjugação

A “Gramática Normativa da língua Portuguesa”, de Rocha Lima, teve sua primeira edição em 1957 e, portanto, foi anterior a NGB. Apesar disso, verificam-se alguns conceitos muito próximos entre uma e outra. Esse fato se deve a grande influência que Rocha Lima teve sobre a NGB. De acordo com Henriques (2009), Rocha Lima foi membro da comissão de padronização da norma gramatical brasileira.

De acordo com Cavalieri (2012), o gramático situava-se em um grupo filológico, que seguia a metodologia de trabalho típica do período científico. Segundo o mesmo,

criou-se nos meios acadêmicos um estereótipo de gramática normativista que atingia indiscriminadamente a todos que não seguissem as novas tendências da “linguística moderna”, sobretudo porque naturalmente foi esse grupo de filólogos que se encarregou da tarefa de produzir gramáticas escolares, em que necessariamente há referência à norma linguística e aos usos da língua padrão. (CAVALIERI, 2012, p.222)

No que concerne a classe gramatical verbo, Rocha Lima (1958, p. 12) informa que:

O verbo, que denota ação ou estado, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais. Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias: *voz, modo, tempo, número e pessoa*. (ROCHA LIMA, 1958, p.12)

De acordo com o fragmento apresentado, verifica-se que a definição de verbo se aproxima bastante da atual, porém é perceptível a presença de um termo não utilizado nos dias de hoje. Trata-se da expressão “acidentes gramaticais”, que atualmente é chamada de flexão verbal. É o conjunto desses “acidentes gramaticais”, que o autor define como conjugação verbal. Outro fato interessante em relação ao conceito apresentado é o aparecimento da “voz” como categoria do verbo.

Conforme Rocha Lima (1958), existem três conjugações verbais e cada uma delas é formada da consoante **r**, desinência de infinitivo, precedida da vogal que caracteriza a conjugação: -**a**, para a primeira, -**e**, para a segunda e -**i**, para a terceira. Essas vogais são chamadas de vogais temáticas e, em conformidade com o mesmo, “aparecem sistematicamente em várias formas de conjugação, entre o radical do verbo e as desinências de modo, tempo, número e pessoa” (1958, p.114).

No que diz respeito a polêmica das conjugações, Rocha Lima (1958) certificou que o verbo **pôr** pertencia à 2ª classificação. E como justificativa para tal classificação, afirmou que por ser muito irregular, o verbo não tinha vogal temática -**e** na terminação do infinitivo. Ele conclui atestando que, além da ocorrência da vogal temática ser histórica (verbo **poer**), ela aparece em outras formas verbais (puseste, pusera, pusesse, puser). Observa-se, neste ponto, que a classificação do verbo na 2ª conjugação é bem próxima do conceito estudado atualmente.

Na “Moderna Gramática Portuguesa” (1969), de Evanildo Bechara, já se constata uma definição normatizada pela NGB. De acordo com a NGB¹⁵:

Os verbos portugueses se distribuem por três (3) conjugações, cada uma das quais é formada da consoante *r* (desinência do infinitivo), precedida de uma vogal que caracteriza a conjugação: *a*, para, a primeira (*am-a-r*); *e*, para a segunda (*sofr-e-r*); *i*, para a terceira (*part-i-r*). (HENRIQUES, 2009, p. 141).

A gramática do professor Bechara (1969), da mesma forma, apresenta a existência de somente três conjugações verbais. No que se refere à quarta conjugação, o autor, faz uma única e definitiva observação: “ não existe 4ª conjugação; *pôr* é um verbo da 2ª conjugação cuja vogal

¹⁵Verifica-se que o texto da NGB é quase idêntico ao encontrado na gramática do professor Rocha Lima. Isso se deve ao fato de o mesmo ter participado da comissão para a normatização das normas da língua portuguesa, como informado anteriormente.

temática desapareceu no infinitivo” (1969, p.169). Em relação ao mesmo assunto, na versão mais recente da “Moderna Gramática Portuguesa” (2009), ele acrescenta que a vogal temática permanece em outras formas do verbo, como em pô-e-s.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pôde demonstrar como, entre os séculos XIX e XX, opiniões diferentes se formaram em relação ao número de conjugações em Língua Portuguesa. Essas concepções eram fruto da inspiração dos autores em diferentes ideias linguísticas vigentes na época.

Atualmente a NGB estipula a existência de somente três conjugações em língua portuguesa. Cada uma delas é constituída por uma terminação de infinitivo, como foi visto anteriormente. Com essa normatização, verbos em que não apareciam vogais temáticas na forma infinitiva, como o verbo **pôr** e seus compostos, foram classificados de acordo com o aparecimento vogal temática respectiva em algumas formas verbais do paradigma da conjugação.

Por fim, esse é um tema que necessita de maior aprofundamento, não só pelo seu valor histórico, como também para que estudiosos e estudantes entendam melhor as variações sofridas pela Língua Portuguesa e, com isso, compreendam, de uma forma mais significativa, que a norma gramatical, que muitas vezes é questionada pelos alunos, possui fundamentação lógica e uma razão para se configurar como é nos dias de hoje.

A BRIEF HISTORIOGRAPHICAL OVERVIEW OF THE GRAMMATICOGRAPHY: PORTUGUESE LANGUAGE CONJUGATIONS

ABSTRACT

The Portuguese language has three verbs conjugations. Each of that constitutes the verbs paradigm in which the verb is classified. The first, second and third conjugations are identified respectively by the infinitive endings: *-ar, -er and -ir*. However, some authors believe that, there is a fourth conjugation, which was identified by the infinitive termination *-or*. In that conjunction, only the verb *pôr* and it's derivates were part of. Based on the foregoing aspects, the aim of this article is to do a historiographical overview brief about the Portuguese conjugations, from grammars observations of some the XIX and XX centuries authors, such as: Jeronymo Soares Barbosa (1830), Julio Ribeiro (1899), Maximino Maciel (1916), Eduardo Carlos Pereira (1943), Rocha Lima (1958) and Evanildo Bechara(1969).

Keywords: Portuguese Language; Grammar; Verbs Conjugations; Fourth Conjugation.

5- REFERÊNCIAS

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port Royal*. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AZEREDO, José Carlos de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2009.

CAVALIERE, R. S. *A gramaticografia no Brasil: tradição e inovação*. Limite: revista de estudos portugueses y de la lusofonía, v. 6, p. 217-236, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalimite.es/volumen%206/11cava.pdf>>. Acesso, 25 de nov. 2013

_____. *Sobre a Gramática Descritiva, de Maximino Maciel*. Revista da Academia Brasileira de Filologia, v. 2, p. 40-52, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/139.pdf>>. Acesso, em 25 de nov. 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1967.

FAVERO, L. L.; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *A gramática brasileira no início do século XX: Grammatica expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica portugueza (Hemetério José dos Santos)*. Rio de Janeiro: Revista Confluência, v. 37/38, p. 59-82, 2011. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=6>>. Acesso, em 25 de nov. de 2013.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: c. EM, 1979.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 61. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

RANAURO, Hilma. O legado de Jerônimo Soares Barbosa. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Braga/Portugal: Revista Portuguesa de Humanidades, n.7, fasc. 1-2, p.253-255. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/hilmaranauro/olegadodejeronimo.html>>. Acesso em 25 de nov. 2013.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. 5^a ed. Revista por João Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Melillo, 1899.

SILVA, Maurício. Júlio Ribeiro Polemista: Um capítulo da história das querelas linguísticas no Brasil. Cuiabá: Revista Polifonia, v.17, n.22, p.217-236, 2010. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/16>>. Acesso 25 de Nov. 2013.

SILVA, rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 4.ed. são Paulo: contexto, 2000.